

ONG moçambicanas consideram que acordo sobre mudanças climáticas é fraco

16 de Março, 2016

A Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas de Moçambique considera fraco e incapaz de garantir a “justiça climática” o acordo alcançado em dezembro em Paris pela Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21).

“O acordo alcançado e a ser ratificado pelas nações durante os próximos meses, a ser implementado a partir de 2020, é um acordo fraco e que não contribui em quase nada para a justiça climática”, refere a plataforma, em comunicado enviado à Lusa, num posicionamento de antecipação do processo de ratificação do tratado sobre mudanças climáticas.

O documento, assinala a Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas de Moçambique, falha ao não impor às nações obrigações específicas e concretas para a redução das emissões de CO₂ (dióxido de carbono), financiamento para a transformação e justiça para os povos afetados. “No nosso entender, a COP 21 devia resultar num acordo ambicioso, justo e que, acima de tudo, garantisse que o aumento da temperatura média global não excedesse 1,5 graus celsius. Isto só será possível se os países ricos (principais responsáveis pelo problema) fizerem a sua parte justa do esforço necessário, incluindo o reconhecimento da dívida climática”, lê-se na nota de imprensa, citada pela Lusa.

O acordo de Paris, referem as organizações moçambicanas de defesa do clima, dá pouca importância às questões das perdas e danos e respeito pelos direitos humanos, ignorando sistematicamente a ciência neste ramo.

Segundo a Plataforma Nacional das Organizações da Sociedade Civil para Mudanças Climáticas de Moçambique, apesar de o país não ter tido quase nenhum contributo para o problema das mudanças climáticas, é um dos que mais irão sofrer com os impactos e tem menos capacidade, tanto de se adaptar como de mitigar os efeitos.

A COP21 aprovou um acordo global vinculativo entre 195 países, desenvolvidos e em desenvolvimento, que se comprometem a caminhar para uma economia de baixo carbono e tomarem medidas visando limitar o aquecimento global da atmosfera até 2100 a 1,5 graus centígrados, em relação aos valores médios da era pré-industrial.